

Gráfica e Editora Posigraf Ltda.

**Demonstrações financeiras em 31
de dezembro de 2017 e 2016**

Gráfica e Editora Posigraf Ltda.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais - R\$ mil)

Ativos	Nota explicativa	2017	2016	Passivos	Nota explicativa	2017	2016
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	11.876	2.937	Fornecedores	13	30.897	24.117
Contas a receber de clientes	6	34.542	33.944	Fornecedores - partes relacionadas	16	5.197	1.518
Contas a receber de clientes - partes relacionadas	16	24.515	179	Instrumentos financeiros derivativos	24	11	332
Estoques	7	69.483	66.642	Salários, provisões e contribuições sociais	14	10.493	10.038
Impostos a recuperar	8	3.764	6.368	Impostos a recolher	15	2.748	858
Instrumentos financeiros derivativos	24	120	84	IRPJ e CSLL a recolher		17.922	6.196
Créditos diversos		280	189	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	16	7.756	23
		<u>144.580</u>	<u>110.343</u>	Adiantamentos de clientes - partes relacionadas	16	-	182
				Outras obrigações	18	3.119	2.423
						<u>78.143</u>	<u>45.687</u>
Não circulante				Não circulante			
Depósitos judiciais	9	40.816	38.953	Impostos a recolher	15	1.455	-
Imobilizado	11	40.162	49.202	Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	5.308	5.703
Intangível	12	196	430	Outras obrigações	18	3.423	2.956
		<u>81.174</u>	<u>88.585</u>	Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	17	5.290	2.188
						<u>15.476</u>	<u>10.847</u>
				Patrimônio líquido			
				Capital social	19	86.234	86.234
				Reserva de reavaliação		33	485
				Reserva lucros		45.868	55.675
						<u>132.135</u>	<u>142.394</u>
		<u>225.754</u>	<u>198.928</u>			<u>225.754</u>	<u>198.928</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Gráfica e Editora Posigraf Ltda.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais - R\$ mil)

	Nota explicativa	2017	2016
Receita líquida de vendas	20	376.565	334.245
Custo das vendas e serviços prestados	21	<u>(234.263)</u>	<u>(241.226)</u>
Lucro bruto		<u>142.302</u>	<u>93.019</u>
Receitas (despesas) operacionais			
Comerciais	21	(15.237)	(12.708)
Gerais e administrativas	21	(36.303)	(44.691)
Outras receitas operacionais, líquidas	22	<u>6.679</u>	<u>5.543</u>
Lucro antes do resultado financeiro e impostos		<u>97.441</u>	<u>41.163</u>
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	23	8.344	11.768
Despesas financeiras	23	(9.368)	(12.709)
Variação cambial, líquida	23	<u>961</u>	<u>6.963</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>97.378</u>	<u>47.185</u>
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	10	(29.826)	(16.243)
Diferidos	10	<u>396</u>	<u>755</u>
Lucro líquido do exercício		<u><u>67.948</u></u>	<u><u>31.697</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Gráfica e Editora Posigraf Ltda.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais - R\$ mil)

	2017	2016
Lucro líquido do exercício	67.948	31.697
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total do exercício	<u><u>67.948</u></u>	<u><u>31.697</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Gráfica e Editora Posigraf Ltda.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais - R\$ mil)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de reavaliação	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015		<u>86.234</u>	<u>3.250</u>	<u>31.053</u>	<u>-</u>	<u>120.537</u>
Realização da reserva de reavaliação		-	(2.651)	-	2.651	-
Baixa de reserva de reavaliação		-	(114)	-	114	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	31.697	31.697
Distribuição de lucros	19.b	-	-	(9.840)	-	(9.840)
Constituição de reserva de lucros a realizar		-	-	34.462	(34.462)	-
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>34.462</u>	<u>(34.462)</u>	<u>-</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2016		<u>86.234</u>	<u>485</u>	<u>55.675</u>	<u>-</u>	<u>142.394</u>
Realização da reserva de reavaliação		-	(452)	-	452	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	67.948	67.948
Distribuição de lucros	19.b	-	-	(69.108)	-	(69.108)
Juros sobre capital próprio	19.b	-	-	-	(9.099)	(9.099)
Constituição de reserva de lucros a realizar		-	-	59.301	(59.301)	-
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>59.301</u>	<u>(59.301)</u>	<u>-</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2017		<u>86.234</u>	<u>33</u>	<u>45.868</u>	<u>-</u>	<u>132.135</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Gráfica e Editora Posigraf Ltda.

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais - R\$ mil)

	2017	2016
Fluxos de caixa de atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	67.948	31.697
Ajustes para reconciliar lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	10.800	13.985
Custo residual das baixas de bens do ativo imobilizado	1.185	12.979
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(96)	(76)
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	3.102	(1.118)
Provisão para estoques obsoletos	4.049	18.453
Juros e variação cambial, líquidos	-	371
Imposto de renda e contribuição social diferido e corrente	29.430	15.488
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Contas a receber de clientes (terceiros e partes relacionadas)	(24.838)	(7.893)
Estoques	(6.889)	(21.576)
Impostos a recuperar	(9.245)	(4.433)
Créditos diversos	(1.955)	(1.877)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores (terceiros e partes relacionadas)	10.459	10.644
Salários, provisões e contribuições sociais	455	3.486
Instrumentos financeiros derivativos, líquidos	(357)	9.056
Adiantamentos de clientes - partes relacionadas	(182)	182
Impostos a recolher	1.980	213
Outras obrigações	1.163	1.164
	<u>87.009</u>	<u>80.745</u>
Juros pagos	-	(5.938)
Imposto de renda e contribuição social pagos	<u>(6.251)</u>	<u>(2.052)</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>80.758</u>	<u>72.755</u>
Fluxos de caixa de atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(2.567)	(5.718)
Adições ao intangível	(144)	(18)
Partes relacionadas	-	161
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(2.711)</u>	<u>(5.575)</u>
Fluxos de caixa de atividades de financiamento		
Pagamento de empréstimos	-	(56.884)
Distribuição de lucros	<u>(69.108)</u>	<u>(9.840)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	<u>(69.108)</u>	<u>(66.724)</u>
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	<u>8.939</u>	<u>456</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.937	2.481
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	<u>11.876</u>	<u>2.937</u>
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	<u>8.939</u>	<u>456</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando especificamente indicado)

1 Contexto operacional

A Gráfica e Editora Posigraf Ltda. (“Empresa”), registrada na cidade de Curitiba, no Estado do Paraná, constituída em 1972, tem como objeto social a industrialização, comercialização e edição de material gráfico e didático, livros, apostilas, mapas escolares, revistas, bem como materiais promocionais. A Empresa opera em dois ramos da seguinte forma:

- Didático, que atende em sua maioria a parte relacionada Editora Positivo Ltda. em livros e sistemas de ensino, denominados: Sistema Positivo de Ensino - SPE e Aprende Brasil. O seguimento de obras tendo em seu portfólio diversos títulos, entre eles os produtos da família do Dicionário Aurélio, livros didáticos e mapas escolares.
- Comercial, que atende o mercado promocional das maiores redes de varejo do Brasil, produzindo folders, catálogos, revistas de circulação nacional, entre outros.

Conforme descrito na nota explicativa 16, parte representativa das vendas da Empresa são realizadas em operações com empresas ligadas, em especial com a Editora Positivo Ltda..

Referidas transações são realizadas com base em negociações específicas entre a Empresa e as partes relacionadas, as quais poderiam ser diferentes caso fossem realizadas com terceiros.

2 Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

2.1 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito na nota explicativa 3.10 das práticas contábeis. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

3 Principais práticas contábeis

A Empresa aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

3.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 17 de maio de 2018. Após a sua emissão, somente os quotistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Empresa estão apresentadas nas notas explicativas 3.2 a 3.15.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3.2 Moeda estrangeira

(i) Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para o Real, que é a moeda funcional da Empresa, pela taxa de câmbio na data da transação.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

3.3 Receita operacional

A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômicos financeiros fluirão para a Empresa, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e (v) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações.

3.4 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 anual para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado.

3.4.1 Impostos correntes

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

3.4.2 **Impostos diferidos**

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

3.5 **Imobilizado**

(i) **Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) **Custos subsequentes**

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Empresa.

(iii) **Depreciação**

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

3.6 Ativos intangíveis

(i) **Reconhecimento e mensuração**

Os ativos intangíveis compreendem os sistemas de informática (softwares) e licenças de uso destes, têm vidas úteis finitas e são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

(ii) **Gastos subsequentes**

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) **Amortização**

A amortização para os ativos intangíveis com vidas úteis definidas (softwares e licenças de uso) é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

3.7 Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) **Ativos financeiros não-derivativos**

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido a Empresa em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial; e
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Empresa considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Empresa utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Empresa considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda, a provisão é revertida através do resultado.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Empresa, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

3.8 Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio custo médio ponderado. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade normal de operação.

Quando aplicável, a provisão para perdas nos estoques é constituída com base em estimativas considerando-se o melhor julgamento da Administração da Empresa. Caso a potencial perda não seja mais provável, a provisão é revertida na proporção correspondente.

3.9 Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

Provisões para contingências são reconhecidas apenas quando é provável que desembolsos de caixa ocorrerão e seu valor é determinado com base na estimativa das ações em curso.

As contingências de natureza fiscal, cível e trabalhista objeto de contestações judiciais são reavaliadas periodicamente e contabilizadas com base nas opiniões dos assessores jurídicos e da Administração sobre o provável desfecho dos processos judiciais nas datas de divulgação.

3.10 Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Empresa for parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

3.10.1 *Compensação de instrumentos financeiros*

Ativos e passivos financeiros são compensados ao valor líquido e apresentados no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.10.2 *Instrumentos financeiros derivativos*

As operações com instrumentos financeiros derivativos, contratadas pela Empresa, resumem-se a compra a termo de moeda (“*Non Deliverable Forward - NDF*”), swap e opção de compra, que visam exclusivamente à proteção contra riscos cambiais associados a posições no balanço patrimonial.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é calculado pela Empresa com base nas informações de cada operação contratada e nas respectivas informações de mercado nas datas de encerramento das demonstrações contábeis, tais como taxas de juros e câmbio. Nos casos aplicáveis, tais informações são comparadas com as posições informadas pelas mesas de operação de cada instituição financeira envolvida.

Os valores justos de mercado dos instrumentos financeiros derivativos estão divulgados na nota explicativa nº 24.

Ativos financeiros

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros “disponíveis para venda” e empréstimos e recebíveis.

A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como “Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado” ou “Outros passivos financeiros”.

Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo exercício.

Caixa e equivalentes de caixa

São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou demais fins. Caixa e equivalentes de caixa são: (a) dinheiro em caixa; (b) depósitos bancários; e (c) aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa sujeito a um insignificante risco de mudança de valor.

3.11 Ajuste a valor presente

É reconhecido o ajuste a valor presente para os elementos integrantes do ativo e passivo decorrentes de operações de longo prazo, ou de operações de curto prazo, quando houver efeitos relevantes, tomando-se por base a data de origem da transação.

3.12 Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Empresa tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

3.13 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e ganhos nos instrumentos de hedge que são reconhecidos no resultado.

As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos e perdas nos instrumentos de hedge.

3.14 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018. A Empresa não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Empresa não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

Espera-se que as seguintes normas não tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Empresa no período de adoção inicial.

CPC 48 - “Instrumentos Financeiros”

O CPC 48, publicado em julho de 2014, substitui as orientações existentes na CPC 38 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. O CPC 48 é efetivo para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida. O CPC 48 contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que deve refletir o modelo de negócios e expectativa de fluxo de caixa utilizados pela Empresa na administração de seus ativos financeiros.

Classificação - Ativos e passivos financeiros

Os ativos financeiros passarão a serem classificados em três categorias, quais sejam: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e (iii) ao valor justo por meio do resultado. A norma elimina as categorias existentes no CPC 38: “mantidos até o vencimento”, “empréstimos e recebíveis” e “disponíveis para venda”.

Os passivos financeiros da Empresa estão classificados ao custo amortizado, o qual não foi alterado pelo CPC 48.

A Empresa avalia que a aplicação do CPC 48 não terá impacto significativo sobre os saldos dos ativos financeiros em 31 de dezembro de 2018, considerando que os ativos financeiros estavam classificados como “empréstimos e recebíveis” e passarão a ser classificados como “custo amortizado”, portanto não havendo modificação significativa em sua mensuração.

Redução no valor recuperável (impairment)

O CPC 48 substitui o modelo de “perdas incorridas” por um modelo prospectivo de “perdas de créditos esperadas”. Essa mudança exigirá um julgamento sobre como a mudança ou expectativa de mudança em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, as quais serão determinadas com base em probabilidades ponderadas.

A metodologia prevista no CPC 48 é aplicável principalmente para contas a receber de longo prazo, ou seja com prazo superior a 12 meses, razão pela qual estabeleceu estágios 1 e 2 diferenciando a expectativa de perda de créditos.

Os ativos financeiros de curto prazo da Empresa representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros ativos não tem apresentado aumento no risco de crédito e também não há, em 31 de dezembro de 2017, expectativa de aumento no risco de crédito que poderia requerer aumento significativo na provisão para perdas esperadas em relação a Provisão para créditos de liquidação duvidosa.

CPC 47- “Receita de contratos com Clientes”

O CPC 47 fornece uma estrutura abrangente para determinar se, quando e por qual valor uma receita deve ser registrada. Esse pronunciamento substitui o CPC 30 - Receitas e CPC 17 - Contratos de Construção e vigorará a partir dos exercícios iniciados em ou depois de 1º de janeiro de 2018.

O CPC 47 provê maior detalhamento para o reconhecimento da receita, estabelecendo que esta deva ser registrada quando a obrigação de desempenho é cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada transação é transferido ao cliente e estabelecendo, também, maior detalhamento nas divulgações.

Prestação de serviços e comercialização de impressos gráficos

A Entidade está envolvida na industrialização e comercialização de impressos gráficos. Quando a atividade de impressão gráfica e posterior comercialização são incluídos em um mesmo acordo são prestados em períodos diferentes, a receita é alocada com base nos valores justos relativos de cada serviço ou venda. A Entidade reconhece a receita com a prestação de serviços gráficos com base no estágio de conclusão do serviço na data do balanço.

De acordo com a IFRS 15, a receita deve ser reconhecida quando o cliente obtém o controle dos produtos e o total da contraprestação desses contratos de serviço deverá ser atribuído aos serviços com base em seus preços de venda individuais. Os preços de venda individuais serão determinados com base na tabela de preços que a Entidade utiliza para transações de venda de cada serviço separadamente.

Com base na avaliação da Empresa, o valor justo e os preços de venda de serviços individuais são amplamente similares. Portanto, a Empresa não espera impacto significativo em suas demonstrações contábeis pela adoção do CPC 47.

CPC 06 - “Arrendamentos”

O CPC 06 (R2) introduz um modelo único para contabilização de arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, estabelecendo o reconhecimento, com limitadas exceções, de ativos e passivos pelo arrendatário. O arrendatário deve reconhecer o direito de uso do ativo subjacente arrendado e o correspondente passivo. O registro por parte dos arrendadores não teve mudanças significativas.

O CPC 06 (R2) substitui o CPC 06 (R1) Operações de Arrendamento Mercantil e a ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

Essa norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019. Adoção antecipada é permitida somente se houver sido aplicado o CPC 47 antes do CPC 06 (R2).

A Empresa ainda não quantificou o impacto da adoção do CPC 06 sobre os seus ativos e passivos. O efeito quantitativo da adoção Do CPC 06 dependerá especificamente do método de transição escolhido, da utilização de expedientes práticos e isenções de reconhecimento, e quaisquer arrendamentos adicionais que a Empresa celebrar. A Empresa espera divulgar sua abordagem de transição e informações quantitativas antes da adoção.

Outras alterações

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras:

- Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2014-2016 - Alterações à IFRS 1 e à IAS 28.
- Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações.
- Transferências de Propriedade de Investimento (Alterações ao CPC 28 / IAS 40).
- Alterações ao CPC 36 Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 Investimento em Coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto.
- ICPC 21 / IFRIC 22 Transações em moeda estrangeira e adiantamento.
- IFRIC 23 Incerteza sobre Tratamentos de Imposto de Renda.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS.

Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Não há outras normas CPC que impactem as demonstrações da Empresa de forma relevante, que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Empresa.

3.15 Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Empresa exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

Contas a receber de clientes e outros créditos

O valor justo do contas a receber, é estimado como o valor presente dos fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de juros de mercado na data da mensuração. Recebíveis de curto prazo sem taxa de juros declarada são mensurados pelo valor da fatura original, se o efeito do desconto for imaterial. O valor justo é determinado no reconhecimento inicial e, para fins de divulgação, em cada data de balanço anual.

Derivativos

O valor justo de contratos de swaps de taxas de juros é baseado nas cotações fornecidas por instituições financeiras.

Essas cotações são testadas quanto a razoabilidade através do desconto de fluxos de caixa futuros estimados baseando-se nas condições e vencimento de cada contrato e utilizando-se taxas de juros de mercado para um instrumento semelhante apurado na data de mensuração. Os valores justos refletem o risco de crédito do instrumento e incluem ajustes para considerar o risco de crédito da Empresa e contraparte quando apropriado.

Passivos financeiros não derivativos

Outros passivos financeiros não-derivativos são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial e para fins de divulgação, em cada data de balanço anual. O valor justo é calculado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros do principal e juros, descontados à taxa de juros de mercado na data da mensuração. Em relação ao componente passivo de notas conversíveis, a taxa de juros de mercado é determinada com referência a passivos similares que não possuam opção de conversão. Para arrendamentos financeiros, a taxa de juros de mercado é determinada com referência a contratos de arrendamento semelhantes.

4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

4.1 Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, no fim de cada período de relatório. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeram ajustes ao saldo contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

4.2 Estimativas e premissas

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o exercício presente como exercícios futuros.

A seguir, são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza nas estimativas no fim de cada período de relatório, que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício.

4.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Foi constituída de forma suficiente para cobrir prováveis perdas na realização desses créditos, o qual é calculado com base nas melhores estimativas da Administração tendo por base as particularidades de cada segmento de negócio.

4.4 Provisão para perdas nos estoques

A provisão de obsolescência para estoques é realizada com base na avaliação dos estoques que não possuem expectativa clara de utilização e venda. A base principal dessa avaliação é o giro dos estoques.

4.5 Vida útil dos bens do imobilizado e intangível

Conforme descrito nas notas explicativas 11 e 12, a Empresa revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado e intangível anualmente no final de cada exercício.

4.6 Imposto de renda diferido ativo

Conforme descrito na nota explicativa 10, o imposto de renda diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais e diferenças dedutíveis temporárias não utilizadas na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos fiscais. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto de renda diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, com estratégias de planejamento fiscal futuras.

4.7 Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis

A Empresa reconhece uma provisão para causas fiscais, cíveis e trabalhistas, cuja probabilidade de perda seja classificada como provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4.8 Avaliação de instrumentos financeiros

Conforme descrito na nota explicativa 24, a Empresa se utiliza de técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota explicativa 24 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros.

A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

5 Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa estão compostos por:

	2017	2016
Caixa	23	26
Bancos	370	231
Aplicações financeiras - renda fixa (a)	<u>11.483</u>	<u>2.680</u>
	<u>11.876</u>	<u>2.937</u>

- (a) São representadas, principalmente, por aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (CDB's) e compromissadas, remunerados em aproximadamente 100% da variação do CDI (taxa de juros Certificado de Depósito Interbancário) e com liquidez imediatas estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

6 Contas a receber de clientes

Composição por idade dos valores a receber é apresentada a seguir:

	2017	2016
A vencer	33.744	33.756
Vencido até 30 dias	365	790
Vencido de 31 até 60 dias	173	311
Vencido de 61 até 90 dias	92	86
Vencido de 91 até 180 dias	264	58
Vencido de 181 até 360 dias	511	155
Vencido acima de 361 dias	6.945	6.929
(-) Ajuste a valor presente	(260)	(753)
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(7.292)	(7.388)
	<u>34.542</u>	<u>33.944</u>

O prazo médio de recebimento das vendas de produtos e serviços em 2017 é de 34 dias (50 dias em 2016).

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está composta por:

Saldo em 31 de dezembro de 2015	7.464
(-) Recebimento / reversão	(1.021)
(+) Adições	945
	<u>7.388</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	7.388
(-) Recebimento / reversão	(810)
(+) Adições	714
	<u>7.292</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>7.292</u>

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base nos critérios estabelecidos pela Administração e em montante considerado suficiente para cobrir prováveis perdas na realização desses créditos, cujo saldo é apresentado deduzido dessa provisão. O critério da provisão para crédito de liquidação duvidosa utiliza como base o histórico de inadimplência da Empresa, representado por 0,17% sobre o faturamento.

A Administração considera esta provisão suficiente para cobrir as perdas na realização de contas a receber, cuja recuperação é considerada improvável.

7 Estoques

O saldo dessa conta está composto pelos seguintes valores:

	2017	2016
Produtos em elaboração	9.282	9.286
Matéria prima	34.563	31.778
Produtos acabados	4.765	3.944
Mercadoria para revenda	34.960	38.098
Adiantamentos de fornecedores	3.435	2.838
Estoques em trânsito	425	2.694
(-) Provisão para estoques obsoletos	(17.947)	(21.996)
	<u>69.483</u>	<u>66.642</u>

A movimentação da provisão para estoques obsoletos está composta por:

Saldo em 31 de dezembro de 2016	(21.996)
Constituição provisão	(11.270)
Reversão provisão	15.319
	<u>(17.947)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>(17.947)</u>

A Administração espera que os estoques sejam realizados em um período inferior a 12 meses.

Os estoques baixados no exercício, incluindo a provisão para estoques obsoletos, foram reconhecidos no resultado do exercício na rubrica de custo dos produtos vendidos, conforme demonstrado na nota explicativa 21.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a provisão para estoques obsoletos é realizada com base na matéria-prima (papel) em desuso ou sem expectativa de utilização no processo produtivo. Esta análise utiliza como referência o histórico de movimentação dos estoques e a expectativa de produção, cuja referência é 45 e 80 dias para papéis adquiridos no mercado nacional e importados, respectivamente, para os quais é efetuada avaliação individualizada. Também são provisionados estoque obsoletos de produtos acabados e em elaboração cujas perspectivas de realização são avaliadas como remota. Esta análise é feita através do histórico de movimentação dos itens em estoques, cuja classificação como obsoleta compreende mercadorias sem movimentação há mais de 31 dias. Adicionalmente a idade dos estoques, a Administração também realizou uma análise individualizada quanto às perspectivas de realização dos itens em estoque, considerando o potencial de venda do produto com base no histórico de venda.

Entretanto, em 31 de dezembro de 2017, considerando os critérios de provisão para estoques obsoletos acima evidenciados, a Empresa constituiu provisão adicional no montante de R\$ 11.929 (R\$ 16.416 em 2016), relativo aos estoques de mercadoria para revenda, matéria-prima (papel) e estoque de produtos acabados. Esta provisão complementar está amparada no art. 1º da Instrução Normativa n.412/2004 e o art 8º da lei n.10.753/2003 que preveem a possibilidade de contabilização de provisão de perda de estoques sobre até 1/3 dos estoques contabilizados no ativo. Abaixo, evidenciamos o composição da provisão para estoques obsoletos constituída pela Empresa:

Provisão para estoques obsoletos - análise qualitativa e quantitativa	(6.018)
Provisão para estoques obsoletos - provisão complementar	<u>(11.929)</u>
Total provisão para estoques obsoletos constituída	<u>(17.947)</u>

8 Impostos a recuperar

O saldo dessa conta está composto pelos seguintes valores:

	2017	2016
IPI a recuperar (a)	2.650	2.415
ICMS a recuperar (b)	392	507
COFINS a recuperar (c)	403	2.216
IRRF a recuperar	135	101
CSLL a recuperar	7	2
PIS a recuperar (c)	80	485
Outros	97	642
	<u>3.764</u>	<u>6.368</u>

- (a) O crédito do imposto sobre produtos industrializados (IPI) é proveniente, principalmente, das compras de papel importado destinado à utilização no processo fabril da Gráfica, sendo que as suas operações de venda possuem alíquota zero para os impressos gráficos.

- (b) O crédito do imposto de circulação de mercadoria e serviços (ICMS) é originado, principalmente, na aquisição de insumos nacionais que terão como operação subsequente de saída sem tributação deste imposto, energia elétrica e fretes.
- (c) Os créditos tributários, provenientes das contribuições sociais do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), são decorrentes das aquisições de insumos importados, despesas com aluguéis, serviços de terceiros, energia elétrica, fretes e depreciação. Em contra partida, as operações de saída de material didático possuem alíquota zero.

9 Depósitos judiciais

	2017	2016
Processos administrativos	401	439
Processos trabalhistas	128	662
Processos fiscais (a)	40.287	37.852
	40.816	38.953

- (a) Além de outros menos relevantes, a Empresa possui processo tributário de Imposto sobre Serviços (ISS) referente a impressos personalizados. Durante o exercício de 2012, a Empresa aderiu no Plano de Recuperação Fiscal do Município de Curitiba (REFIC) com o objetivo de garantir o benefício concedido pela prefeitura, porém continuou contestando judicialmente a demanda, onde o pagamento realizado referente ao respectivo plano vem sendo realizado por meio de depósitos judiciais e recolhimentos direto ao fisco municipal, totalizando o montante de R\$ 34.449 até a data de 31 de dezembro de 2017. A expectativa de perda nessa demanda judicial, segundo assessores jurídicos da Empresa, não se alterou em relação ao ano anterior, sendo mantida como remota.

10 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

a. Diferido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando as alíquotas vigentes, apresentando a seguinte composição:

	2017	2016
Ativo		
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	2.479	-
Provisão para contingências	1.799	744
Provisão para bônus	163	256
Provisão para comissões	747	535
Provisão de serviços	138	59
Instrumentos financeiros derivativos	-	84
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	1.164	1.005
Diversos	1.920	2.098
	8.410	4.781
Passivo		
Diferença entre a depreciação econômica e a fiscal (a)	7.798	7.750
Instrumentos financeiros derivativos	37	-
Atualização dep. judicial processos trabalhistas e fiscais	2.923	2.055
Provisão para crédito liquidação duvidosa	2.960	429
Reavaliação de ativo imobilizado	-	250
	13.718	10.484
Líquido - passivo fiscal diferido	(5.308)	(5.703)

- (a) Compreende a diferença temporária entre a depreciação fiscal e vida útil contábil com base na vida útil dos bens (máquinas e equipamentos).

Anualmente, a Administração revisa o seu plano de negócio para os próximos exercícios e, conseqüentemente, reavalia a expectativa de realização desses créditos tributáveis registrados.

b. Conciliação da alíquota de imposto efetiva

A despesa de imposto de renda e contribuição social do exercício pode ser conciliada com o lucro contábil como segue:

	2017	2016
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	97.378	47.185
Alíquota vigente combinada	34%	34%
Expectativa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	(33.109)	(16.043)
Adições permanentes		
(+) Outras despesas indedutíveis	(751)	(220)
Exclusões permanentes		
(-) Outras exclusões	786	475
(-) Juros sobre capital próprio	3.094	-
(-) Dedução programa alimentação do trabalhador - PAT	550	300
	<u>(29.430)</u>	<u>(15.488)</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	(29.826)	(16.243)
Imposto de renda e contribuição social diferido	396	755
	<u>(29.430)</u>	<u>(15.488)</u>
Alíquota efetiva	30%	33%

A alíquota utilizada nas conciliações apresentadas anteriormente é de 34%, devida pelas pessoas jurídicas no Brasil sobre os lucros tributáveis, conforme previsto pela legislação tributária dessa jurisdição.

11 Imobilizado

O saldo dessa conta está composto pelos seguintes valores:

	Taxa média ponderada de depreciação	2017			2016		
		Custo corrigido	Depreciação acumulada	Saldo contábil	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Saldo contábil
Máquinas e equipamentos	12%	195.464	(160.982)	34.482	194.629	(151.285)	43.344
Veículos	20%	574	(574)	-	574	(574)	-
Móveis, utensílios e instalações	10%	6.767	(5.563)	1.204	6.628	(5.290)	1.338
Processamento de dados	20%	5.618	(5.246)	372	5.462	(4.981)	481
Imobilizações em andamento	-	73	-	73	185	-	185
Benfeitoria em imóveis de terceiros	4%	4.580	(549)	4.031	4.216	(372)	3.844
Outras imobilizações	10%	456	(456)	-	456	(446)	10
		<u>213.532</u>	<u>(173.370)</u>	<u>40.162</u>	<u>212.150</u>	<u>(162.948)</u>	<u>49.202</u>

Em 31 de dezembro de 2007, os bens registrados na rubrica de máquinas e equipamentos foram reavaliados. A metodologia utilizada para fins de apuração foi o método do custo de reposição.

Em 1º de janeiro de 2008, a Empresa optou por manter a reserva de reavaliação até sua efetiva realização tendo nesta data considerado o valor do ativo imobilizado reavaliado o novo valor de custo. A realização da referida reserva continua sendo realizada a débito da conta de patrimônio líquido, na mesma base que vinha sendo efetuada antes da promulgação da Lei nº 11.638/07.

Avaliação para redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, sendo que para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Administração não identificou indicadores de que o ativo imobilizado poderia apresentar questões envolvendo *impairment*.

A movimentação do ativo imobilizado está representada por:

	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Máquinas e equipamentos	Móveis, utensílios e instalações	Processamento de dados	Imobilizado em andamento	Outras imobilizações	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	3.007	64.280	1.540	693	469	71	70.060
Adição	992	1.648	93	91	2.894	-	5.718
Depreciação	(155)	(12.830)	(295)	(303)	-	(14)	(13.597)
Baixa de custo (a)	-	(14.616)	-	-	(3.178)	(55)	(17.849)
Baixa de depreciação (a)	-	4.862	-	-	-	8	4.870
Saldo em 31 de dezembro de 2016	3.844	43.344	1.338	481	185	10	49.202
Adição	364	1.861	139	156	47	-	2.567
Depreciação	(177)	(9.697)	(273)	(265)	-	(10)	(10.422)
Baixa de custo (b)	-	(1.360)	-	-	(159)	-	(1.519)
Baixa de depreciação (b)	-	334	-	-	-	-	334
Saldo em 31 de dezembro de 2017	4.031	34.482	1.204	372	73	-	40.162

- (a) Durante o ano de 2016 foram realizadas baixas de ativos fixos referente a gastos com manutenções apropriadas ao resultado do exercício.
- (b) Durante o ano de 2017 foram realizadas baixas de ativos fixos referente a máquinas obsoletas.

Ativos cedidos em garantia

As máquinas com valor contábil de aproximadamente R\$ 36.908 foram cedidas no ano de 2011 em garantia para empréstimos junto ao BNDES. A Empresa não possui permissão de ceder estes ativos como garantia para outros empréstimos ou vendê-los a outra empresa.

Vida útil

Ao final do exercício de 2017 e 2016, a Empresa reaceessou a estimativa da vida útil e não foram identificadas alterações significativas em relação à vida útil anteriormente utilizada.

12 Intangível

O saldo dessa conta está composto pelos seguintes valores:

	Taxa média ponderada de amortização	2017			2016		
		Custo	Amortização acumulada	Valor contábil	Custo	Amortização acumulada	Valor contábil
Software	20%	5.599	(5.404)	195	5.455	(5.027)	428
Marcas e patentes	10%	82	(81)	1	82	(80)	2
		<u>5.681</u>	<u>(5.485)</u>	<u>196</u>	<u>5.537</u>	<u>(5.107)</u>	<u>430</u>

Avaliação para redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

O ativo intangível tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, sendo que para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Administração não identificou indicadores de que o ativo intangível poderia apresentar questões envolvendo *impairment*.

Vida útil

Ao final do exercício de 2017 e 2016, a Empresa reavaliou a estimativa da vida útil e não foram identificadas alterações significativas em relação à vida útil anteriormente utilizada.

13 Fornecedores

O saldo dessa conta está composto pelos seguintes valores:

	2017	2016
Fornecedores do mercado interno	23.288	18.502
Fornecedores do mercado externo	7.736	5.914
(-) Ajuste a valor presente	<u>(127)</u>	<u>(299)</u>
	<u>30.897</u>	<u>24.117</u>

O período médio de pagamento das compras de produtos é de 79 dias (59 dias em 2016).

14 Salários, provisões e contribuições sociais

O saldo dessa conta está composto pelos seguintes valores:

	2017	2016
Salários a pagar	3.076	2.657
Contribuições sociais	1.356	1.214
Provisão de férias	5.420	4.846
Provisões trabalhistas diversas	284	692
Provisão para bônus	<u>357</u>	<u>629</u>
	<u>10.493</u>	<u>10.038</u>

15 Impostos a recolher

O saldo dessa conta está composto pelos seguintes valores:

	2017	2016
IRRF sobre remuneração a funcionários	367	341
IRRF sobre juros capital próprio	1.365	-
ISS a recolher	140	167
Refis a recolher (a)	1.270	-
PIS a recolher	30	24
COFINS a recolher	185	92
Outros impostos	846	234
	<u>4.203</u>	<u>858</u>
	2017	2016
Circulante	2.748	858
Não Circulante	1.455	-
	<u>4.203</u>	<u>858</u>

- (a) A entidade aderiu em 2017, ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), conforme regras previstas na lei 13.496/2017. A modalidade de adesão da entidade foi pelo pagamento da antecipação entre os meses de agosto e outubro de 2017, usufruindo de benefícios de redução de 90% de juros e 70% de multa de passivos relacionados a autuações tributárias como o IOF sobre operações de mútuos, créditos federais não homologados e imposto de renda de operações de lucro de exploração, sendo que os efeitos no resultado do exercício foram nas rubricas de despesas gerais e administrativas e resultado financeiro. Oitenta por cento (80%) do saldo existente em dezembro foi liquidado com prejuízos fiscais adquiridos da empresa Positivo Administradora de Bens Ltda. no valor de R\$ 5.082 e o saldo residual será pago em espécie, conforme previsão da lei.

16 Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos com partes relacionadas estão compostos da seguinte forma:

	Contas a receber de transações comerciais		Contas a pagar de transações comerciais		Adiantamentos passivos		Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Positivo Educacional Ltda.	966	112	-	-	-	182	-	-
Centro de Estudos Superiores Positivo Ltda.	105	32	-	-	-	-	-	-
Editora Positivo Ltda.	23.402	-	-	824	-	-	-	-
Positivo Tecnologia S.A.	42	35	-	-	-	-	-	-
Positivo Administradora de Bens Ltda. (a)	-	-	5.197	694	-	-	-	-
Sócios (b)	-	-	-	-	-	-	7.756	23
	<u>24.515</u>	<u>179</u>	<u>5.197</u>	<u>1.518</u>	<u>-</u>	<u>182</u>	<u>7.756</u>	<u>23</u>

- (a) Refere-se substancialmente a compra de créditos tributários no montante de R\$ 5.082 para utilização ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), conforme regras previstas na lei 13.496/2017.
- (b) Refere-se substancialmente ao juros sobre capital próprio a pagar aos quotistas, líquido de efeitos tributários.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Empresa realizou transações com partes relacionadas, conforme demonstrado abaixo:

	<u>Vendas</u>		<u>Compras e serviços</u>	
	2017	2016	2017	2016
Positivo Educacional Ltda. (a)	1.234	1.071	-	-
Centro de Estudos Superiores Positivo Ltda. (b)	463	417	90	87
Editora Positivo Ltda. (c)	210.395	182.194	8.259	17.009
Positivo Tecnologia S.A. (d)	-	2	32	33
Positivo Administradora de Bens Ltda. (e)	-	-	9.809	6.891
	<u>212.092</u>	<u>183.684</u>	<u>18.190</u>	<u>24.020</u>

As operações com partes relacionadas estão representadas por:

a. Positivo Educacional Ltda.

Vendas

São transações de comercialização de materiais didáticos e outros produtos gráficos produzidos pela Empresa. Os preços praticados seguem políticas de preços e prazos definidos entre as partes.

b. Centro de Estudos Superiores Positivo Ltda.

Vendas

São transações de comercialização de materiais didáticos e outros produtos gráficos produzidos pela Empresa. Os preços praticados seguem políticas de preços e prazos definidos entre as partes.

Locação de espaço e compra de serviços

Compreende as transações de locação de espaços, em especial do Teatro Positivo e Centro de Eventos.

c. Editora Positivo Ltda.

Vendas

São transações de comercialização de materiais didáticos e outros produtos gráficos produzidos pela Empresa. Os preços praticados seguem políticas de preços e prazos definidos entre as partes.

Adiantamentos Passivos

Refere-se a adiantamento para transações de comercialização de materiais didáticos e outros produtos gráficos produzidos pela Empresa.

Rateio de despesas

Compreende a cobrança proveniente do rateio de despesas administrativas e do centro de serviços compartilhados, as quais são incorridas pela Editora Positivo Ltda. e, posteriormente repassadas para as demais partes relacionadas.

As despesas são representadas pelo uso compartilhado dos departamentos de compras (em especial materiais indiretos), recursos humanos, marketing, jurídico, contabilidade, financeiro e informática. O valor do rateio é apurado pelo custo efetivo, rateado em função da utilização dos recursos disponíveis.

d. Positivo Tecnologia S.A.

Vendas

São transações de comercialização de produtos gráficos produzidos pela Empresa. Os preços praticados seguem políticas de preços e prazos definidos entre as partes.

Compras

Compreende a aquisição de micro-computadores e equipamentos de informática.

e. Positivo Administradora de Bens Ltda.

Locações de espaços

Compreende as transações de arrendamento mercantil operacional dos imóveis da Positivo Administradora de Bens Ltda., sendo seu prazo de vigência de parte dos imóveis até 2020 e da parte restante dos imóveis até março de 2032, podendo ser renovado, conforme cláusula contratual.

Remuneração do pessoal-chave da Administração

As despesas com salários da Administração incluindo encargos e remuneração variável no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 totalizaram R\$ 1.216 (R\$ 1.165 em 2016). Para os administradores da Empresa são concedidos os seguintes benefícios: plano de saúde, descontos em mensalidades de cursos, graduação e pós graduação nas escolas do grupo.

A Empresa não concede benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo para a Administração e seus empregados.

17 Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

	2017	2016
Riscos trabalhistas	2.614	2.159
Riscos fiscais	2.647	-
Riscos cíveis	<u>29</u>	<u>29</u>
	<u>5.290</u>	<u>2.188</u>

As movimentações das provisões para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram:

	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	29	2.159	-	2.188
(+) Adições	-	1.833	1.394	3.227
(-) Reversões atualizações	-	(153)	-	(153)
(+) Atualizações	-	66	1.253	1.319
(-) Utilizações e reversões	<u>-</u>	<u>(1.291)</u>	<u>-</u>	<u>(1.291)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>29</u>	<u>2.614</u>	<u>2.647</u>	<u>5.290</u>

Trabalhistas

Os processos trabalhistas relacionam-se, entre outras questões, a reclamações trabalhistas ajuizadas por ex-funcionários, reivindicando verbas trabalhistas em geral, entre eles, horas extras e equiparação salarial. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, não existe nenhum processo individualmente com valor representativo.

Cíveis

Compreende, principalmente, ações de pedidos de indenização por danos morais, habilitação de crédito, inexigibilidade de títulos, entre outros, relacionados à atividade operacional da Empresa.

Fiscais

Processo proveniente de auto de infração referente compensações de IRPJ realizadas pela entidade entre 2003 e 2005 com erro formal na entrega. Em 31 de dezembro 2016, tal processo encontrava-se em discussão judicial com chances remotas de perda. Durante o ano de 2017, o risco de perda tornou-se provável, e estima-se que o referido processo terá adesão ao PERT em 2018, compensando tal valor com depósito judicial já recolhido pela Empresa.

Probabilidades de perda possível

Existem outros processos cíveis, trabalhistas e tributários em curso, que foram avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem a sua contabilização. Os saldos estão compostos da seguinte forma:

	2017	2016
Tributárias (a)	8.966	21.595
Trabalhista	1.855	14
Cíveis (b)	<u>1.691</u>	<u>1.838</u>
	<u>12.512</u>	<u>23.447</u>

(a) Riscos tributários

Compreende a execução fiscal no valor estimado de R\$ 2.691, movida pela União Federal, referente à créditos de IPI da filial de Santa Catarina. Também, compreende débitos decorrentes do saldo negativo de IRPJ e CSLL, pedido de compensação não homologado no montante de R\$ 2.767.

A variação do saldo deve-se a baixa do auto de infração da Receita Federal do Brasil referente ao suposto não recolhimento do IOF em operações de crédito com pessoas jurídicas referentes aos exercícios de 2007 a 2012 no montante de R\$ 5.827, decorrente a adesão do referido processo ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT).

(b) Riscos cíveis

O principal processo compreende a ação civil pública em que o Ministério Público do Estado de São Paulo alega a existência de atos de improbidade praticados na contratação da Empresa para fornecimento de materiais didáticos pela Prefeitura Municipal de Lorena.

18 Outras obrigações

	2017	2016
Circulante		
Provisão de serviços	2.362	1.748
Outras contas a pagar	757	675
	<u>3.119</u>	<u>2.423</u>
Não circulante		
Provisão para honorários advocatícios (a)	3.423	2.956
	<u>3.423</u>	<u>2.956</u>

- (a) Compreende, principalmente, a provisão dos honorários advocatícios a serem pagos sobre processo administrativo movido pela União Federal, quanto a PIS incidente sobre lançamentos a crédito, glosado pelo Fisco, sob alegação de prescrição e Imposto sobre Serviços (ISS) sobre impressos personalizados. A provisão foi constituída em função da expectativa de perda remota por parte dos assessores jurídicos.

19 Patrimônio líquido

a. Capital social

Conforme 5ª alteração do contrato social, as quotas da sócia anterior Positivo Participações S.A. foram transferidas aos seus acionistas através da dissolução e partilha de seus ativos em 29 de dezembro de 2017.

Em 31 de dezembro de 2017, o capital social da Empresa é de R\$ 86.234 e que está totalmente integralizado, da seguinte forma:

Composição societária, valores expressos em reais (1,00).

	Quantidade de quotas	Capital integralizado	% participação
CIR Investimentos S.A.	17.246.726	17.246.726	20%
SLG Investimentos S.A.	17.246.726	17.246.726	20%
Darwin Investimentos S.A.	17.246.726	17.246.726	20%
Palidano Investimentos S.A.	17.246.726	17.246.726	20%
RMR Investimentos S.A.	12.935.047	12.935.047	15%
Lupa Investimentos S.A.	4.311.681	4.311.681	5%
	<u>86.233.632</u>	<u>86.233.632</u>	<u>100%</u>

Em 31 de dezembro de 2016, o capital social da Empresa é de R\$ 86.234 e está totalmente integralizado.

b. Reserva de lucros e juros sobre capital próprio

Conforme previsto no contrato social da Empresa, ao final do exercício social os resultados não distribuídos serão registrados na conta de reserva de lucros, para futura distribuição ou capitalização, ou, se perda ou prejuízo em conta a compensar. Não existe previsão para distribuição de lucros mínimos ao final de cada exercício.

Os juros sobre capital próprio foram destacados do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como obrigação no passivo.

(i) Juros sobre capital próprio

A Empresa distribuiu lucros aos sócios através de juros sobre capital próprio observando o disposto na Lei nº 9.429/95.

	Valor
Saldo em 1º de janeiro de 2017	-
Juros sobre capital próprio	9.099
Juros sobre capital próprio pagos	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>9.099</u>

(ii) Distribuição de lucros

Durante o exercício de 2017 foram deliberadas e pagas distribuições de lucros no montante de R\$ 69.108 (R\$ 9.840 em 2016).

20 Receita líquida de vendas

A seguir, a composição da receita líquida de vendas da Empresa nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é de:

	2017	2016
Receita bruta de vendas	418.167	363.339
(-) Impostos sobre vendas	(31.533)	(27.705)
(-) Devoluções e abatimentos	<u>(10.069)</u>	<u>(1.389)</u>
Receita líquida	<u>376.565</u>	<u>334.245</u>

21 Informação sobre a natureza das despesas reconhecidas na demonstração do resultado

A Empresa apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	2017	2016
Matérias primas e materiais de consumo utilizados	168.767	173.125
Pessoal	63.325	61.158
Serviços de terceiros	14.693	7.970
Depreciação e amortização	11.381	13.949
Fretes	4.696	3.697
Comissões	9.566	8.360
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(86)	133
Aluguéis	126	294
(Reversão) provisão para estoque obsoletos	(3.422)	4.410
Provisão (reversão) para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	1.906	(1.127)
Propaganda e publicidade	804	75
Outras	<u>14.047</u>	<u>26.581</u>
	<u>285.803</u>	<u>298.625</u>

A composição dessas contas para conciliação com a demonstração do resultado segue abaixo:

	2017	2016
Custo das vendas e serviços prestados	234.263	241.226
Despesas comerciais	15.237	12.708
Despesas gerais e administrativas	<u>36.303</u>	<u>44.691</u>
	<u><u>285.803</u></u>	<u><u>298.625</u></u>

22 Outras receitas operacionais, líquidas

	2017	2016
Venda de aparas “sucatas”	6.259	5.213
Venda de imobilizado	<u>420</u>	<u>330</u>
	<u><u>6.679</u></u>	<u><u>5.543</u></u>

23 Resultado financeiro

	2017	2016
Receita financeira		
Ajuste a valor presente - clientes	3.399	6.972
Rendimento de aplicações	2.335	521
Juros	-	400
Descontos obtidos e outras	<u>2.610</u>	<u>3.875</u>
	<u><u>8.344</u></u>	<u><u>11.768</u></u>
Despesa financeira		
Instrumentos financeiros - derivativos	(773)	(9.339)
Juros	(828)	(375)
IOF (a)	(5.103)	-
Atualização monetária	(1.166)	-
Ajuste a valor presente - fornecedores	(1.246)	(2.326)
Descontos concedidos	(225)	(546)
Outras	<u>(27)</u>	<u>(123)</u>
	<u><u>(9.368)</u></u>	<u><u>(12.709)</u></u>
Variação cambial, líquida	<u>961</u>	<u>6.963</u>
Resultado financeiro	<u><u>(63)</u></u>	<u><u>6.022</u></u>

- (a) Compreende a apropriação do IOF em operações de crédito com pessoas jurídicas referentes aos exercícios de 2007 a 2012, decorrente da baixa do auto de infração da Receita Federal do Brasil, conforme nota explicativa 17.

24 Instrumentos financeiros

A Empresa mantém operações com instrumentos financeiros ativos e passivos, sendo que parte deles são instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de eliminar a exposição cambial de compras de matérias primas importadas, na aquisição de bens de capital importados e dívidas em moeda estrangeira.

A política de derivativos da Empresa tem como objetivo proteger seus compromissos assumidos em dólar e euro de oscilações nos preços futuros, de forma a proporcionar maior previsibilidade em sua operação e sobre seus investimentos. A Administração não opera com instrumentos financeiros derivativos com propósitos de especulação.

A Empresa utiliza-se de três formas de derivativos: NDF (*Non Deliverable Forward*), Swap e Opções de compra, operações esta que possuem a finalidade de proteção contra as oscilações das taxas de câmbio, cobrindo assim, a exposição cambial pelo prazo de pagamento concedido por fornecedores na compra de insumos importados, aquisição de bens de capital importados ou dívidas em moeda estrangeira.

A partir da análise diária das compras de produtos importados e no momento de contratações de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, os contratos derivativos são prontamente fechados e constantemente revisados.

Conforme as condições estabelecidas pelo pronunciamento CPC 38, as operações que envolvem instrumentos financeiros ativos e passivos, conforme abaixo, estão registradas contabilmente pelos valores compatíveis com as atuais taxas de mercado para as operações de prazos e riscos similares.

24.1 Categoria e valor justo de instrumentos financeiros

A Empresa efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como conseqüência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter efeito relevante nos valores de realização estimados.

- **Ativos financeiros não derivativos:** Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de curto prazo e partes relacionadas a receber são classificados como recebíveis. Seus respectivos valores contábeis aproximam-se de seus valores de mercado, tendo em vista o curto prazo de recebimento destas operações.
- **Passivos financeiros não derivativos:** Os empréstimos e financiamentos, fornecedores, obrigações com partes relacionadas e outras obrigações são classificados como outros passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado, e seus respectivos valores contábeis aproximam-se de seus valores de mercado, tendo em vista o curto prazo de liquidação destas operações. Em relação aos empréstimos e financiamentos, os valores justos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado.

24.2 Valor justo dos instrumentos financeiros

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é calculado com base no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

24.3 Composição dos instrumentos financeiros derivativos

	2017	2016
Instrumentos financeiros derivativos - ativo	120	84
Instrumentos financeiros derivativos - passivo	(11)	(332)
Instrumentos financeiros derivativos, líquidos	<u>109</u>	<u>(248)</u>

24.4 Contratos futuros de moeda

Em 31 de dezembro de 2017, a Empresa possuía operações de NDF (*Non Deliverable Forward*) de compra de dólar como seguem:

Data da contratação	Data de vencimento	Contraparte	Categoria	Moeda	Valor moeda estrangeira (R\$ mil)	Cotação futura negociada	Resultado líquido a receber (pagar) ¹ (R\$ mil)
14/08/2017	12/01/2018	Itau	Fornecedor	USD	179	3,2605	9
14/08/2017	19/01/2018	Bradesco	Fornecedor	USD	189	3,2644	9
01/12/2017	15/02/2018	Bradesco	Fornecedor	USD	133	3,2860	4
19/10/2017	02/03/2018	Bradesco	Fornecedor	USD	166	3,2273	16
06/11/2017	14/03/2018	Bradesco	Fornecedor	USD	282	3,3355	(2)
01/12/2017	23/03/2018	Santander	Fornecedor	USD	112	3,2999	4
01/12/2017	08/06/2018	Bradesco	Fornecedor	USD	<u>95</u>	<u>3,3276</u>	<u>3</u>
				USD	<u>1.156</u>	<u>3.2869</u>	<u>43</u>

(i) Convenção: Valores positivo representam resultado a receber, e negativos a pagar.

Os contratos de compra de NDF foram firmados com bancos de primeira linha, em opção de negociação até a data de vencimento. Tais contratos não exigem margens de garantia.

24.5 Contratos de opção de compra

Contratos de Opção de Compra do Moeda Estrangeira possuem a característica de conceder um direito de compra a determinado preço e determinada data futura. Estas operações possuem o benefício de não exigirem desembolsos de caixa no vencimento, onde haverá apenas o ganho financeiro da variação cambial, caso positiva. Em 31 de dezembro de 2017, os contratos de opção de compra de dólar em aberto seguem conforme abaixo:

Data da contratação	Data de vencimento	Contraparte	Categoria	Moeda	Valor moeda estrangeira	Strike	Resultado líquido a receber/pagar ¹ (R\$ mil)
14/08/2017	12/01/2018	Itau	Fornecedor	USD	387	3,2690	18
06/11/2017	18/01/2018	Bradesco	Fornecedor	USD	133	3,3300	2
14/08/2017	22/01/2018	Bradesco	Fornecedor	USD	189	3,2740	9
14/08/2017	09/02/2018	Bradesco	Fornecedor	USD	95	3,2840	5
19/10/2017	19/02/2018	Santander	Fornecedor	USD	115	3,2350	13
06/11/2017	14/03/2018	Bradesco	Fornecedor	USD	357	3,3550	19
				USD	1.276	3,2982	66

(i) Convenção: Valores positivo representam resultado a receber, e negativos a pagar.

24.6 Exposição cambial

A exposição cambial da Empresa em 31 de dezembro de 2017 é mínima, dado que os contratos de derivativos para proteção da variação cambial são contratados no momento da compra de produtos importados e as dívidas estão indexadas à taxas de juros em moeda local.

A tabela a seguir demonstra a análise de sensibilidade da Administração da Empresa, referente ao efeito estimado de caixa gerado nas operações de proteção cambial em aberto em 31 de dezembro de 2017:

24.6.1 *Análise de sensibilidade - Dólar*

		Valor nominal (USD mil)	Cenários fluxo de caixa em Reais Mil					
			Provável	Possível (baixa)	Remoto (baixa)	Possível (alta)	Remoto (alta)	
Cenário			(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	
Taxa Dólar (cenário)			BACEN	-25%	-50%	25%	50%	
Dólar		-	3,308	2,481	1,654	4,135	4,962	
Efeito caixa								
Exposição	(Fechamento)							
Compras insumos	3,308	1.559	-	1.289	2.578	(1.289)	(2.578)	
Compras em trânsito	3,308	873	-	722	1.444	(722)	(1.444)	
Cobertura cambial	(Contratada)	(Fechamento)						
NDF + opções de compra	3,293	3,308	2.432	-	(2.011)	(4.022)	2.011	4.022
Exposição líquida estimada (com compras em trânsito)			-					
Resultado líquido estimado (com compras em trânsito)			-	-	-	-	-	
Exposição líquida estimada (sem compras em trânsito)			(873)					
Resultado líquido estimado (sem compras em trânsito)			-	-	(722)	(1.144)	722	1.444

Nota: Convenção: valores positivos representam saldo a receber, e negativos a pagar

- (a) O cenário provável reflete as cotações do BACEN Banco Central do Brasil (PTAX Venda) para o encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2017.
- (b) O cenário possível de baixa é representado pela valorização do Real em relação ao Dólar de 25%.
- (c) O cenário remoto de baixa é representado pela valorização do Real em relação ao Dólar de 50%.
- (d) O cenário possível de alta é representado pela desvalorização do Real em relação ao Dólar em 25%.
- (e) O cenário remoto de alta é representado pela desvalorização do Real em relação ao Dólar em 50%.

Além da análise de sensibilidade exigida pela Instrução CVM nº475/08, a entidade avalia seus instrumentos financeiros considerando os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da entidade na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40. Baseado na posição patrimonial e no valor nominal dos instrumentos derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2017, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de riscos prováveis da tabela acima, uma vez que as premissas utilizadas pela entidade são próximas às descritas anteriormente.

24.6.2 *Gestão do risco de liquidez*

A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é da administração da Empresa, que avalia necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazo. A Empresa gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

24.6.3 *Tabelas do risco de liquidez e juros*

As tabelas a seguir mostram em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos e ativos financeiros não derivativos da Empresa e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Empresa deve quitar as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal.

Na medida em que há fluxos de juros pós-fixados, este valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Empresa deve quitar as respectivas obrigações.

<i>Ativos financeiros</i>	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
31 de dezembro 2017						
Caixa e bancos	394	-	-	-	-	394
Aplicações financeiras	11.482	-	-	-	-	11.482
Contas a receber clientes	27.463	6.238	723	50	68	34.542
Contas a receber de clientes - partes relacionadas	43	24.473	-	-	-	24.516
	<u>39.382</u>	<u>30.711</u>	<u>723</u>	<u>50</u>	<u>68</u>	<u>70.934</u>
31 de dezembro 2016						
Caixa e bancos	257	-	-	-	-	257
Aplicações financeiras	2.680	-	-	-	-	2.680
Contas a receber clientes	10.169	22.400	1.264	32	79	33.944
Contas a receber de clientes - partes relacionadas	36	143	-	-	-	179
	<u>13.142</u>	<u>22.543</u>	<u>1.264</u>	<u>32</u>	<u>79</u>	<u>37.060</u>
<i>Passivos financeiros (liquido de derivativos)</i>	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
31 de dezembro de 2017						
Fornecedores	<u>20.629</u>	<u>6.948</u>	<u>3.320</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>30.897</u>
	<u>20.629</u>	<u>6.948</u>	<u>3.320</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>30.897</u>
31 de dezembro de 2016						
Fornecedores	<u>19.146</u>	<u>3.141</u>	<u>1.830</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>24.117</u>
	<u>19.146</u>	<u>3.141</u>	<u>1.830</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>24.117</u>

A tabela a seguir mostra em detalhes a análise de liquidez dos instrumentos financeiros derivativos da Empresa. A tabela foi elaborada de acordo com as entradas (saídas) de recursos líquidos e não descontadas dos instrumentos derivativos que permitem liquidação pelo valor líquido e com as entradas (saídas) de recursos brutos desses derivativos que exigem a liquidação pelo valor bruto. Quando o valor a pagar ou receber não é fixo, o valor apresentado é determinado com base nas taxas de juros projetadas conforme demonstrado pelas curvas de desempenho existentes no encerramento do exercício.

	Até três meses	De três meses a um ano	Total
31 de dezembro de 2017			
NDFs	18	25	43
Opção	30	37	67
	<u>48</u>	<u>62</u>	<u>110</u>
31 de dezembro de 2016			
NDFs	(222)	(110)	(332)
Opção	6	78	84
	<u>(216)</u>	<u>(32)</u>	<u>(248)</u>

25 Cobertura de seguros

A cobertura de seguros estabelecida pela Administração da Empresa, para cobrir eventuais sinistros em todas as suas unidades, sendo máquinas e equipamentos e estoque, é apresentada abaixo.

Para sinistros prediais foram considerados os imóveis de propriedade da Positivo Administradora de Bens Ltda., cujas coberturas contratadas são de:

Ramo	Abrangência	Limite de indenização	Vigência
Riscos patrimoniais	Incêndio, explosão, vendaval, alagamento, danos elétricos e outros.	346.103	01/04/2017 a 01/04/2018
Responsabilidade civil	Riscos contingentes com veículos de terceiros, auditório e danos morais.	1.000	31/03/2017 a 31/03/2018